

17-07-2019

ORDEM DO DIA:

I

PLANEAMENTO URBANO E LICENCIAMENTO DE OBRAS

1. OBRAS PARTICULARES

1.1 - Emissão de parecer ao abrigo do art. 54.º da Lei 91/95, de 02 de setembro, na redação dada pela Lei 64/2003, de 23 de agosto – Requerente Adelaide Beirante, Francisco Manuel Beirante Pessanha e Carmen da Assunção Beirante Pessanha Santos (prédio inscrito sob o artigo 84, Secção G, freguesia de Sobral de Monte Agraço).

II

ADMINISTRAÇÃO AUTÁRQUICA

1. GESTÃO ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL

1.1 – Atribuição de Subsídio ao Grupo de Danças e Cantares do Concelho de Sobral de Monte Agraço – Seramena.

1.2 - Normas de Acesso à Campanha de Esterilização Solidária – Animais de Companhia.

2. OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE DO MUNICÍPIO

2.1 - Outros assuntos de interesse do Município.

Sobral de Monte Agraço, 12 de julho de 2019

O Vice-Presidente da Câmara Municipal,



Luís Miguel Henriques Soares, Dr.



Ata n.º 15

**Ata da Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço
Realizada no dia 17 de julho de 2019**

Aos 17 dias do mês de julho de 2019, realizou-se a reunião ordinária da Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço, na Sede da Sociedade Cultural e Recreativa de Moitelas, em Sobral de Monte Agraço, sob a presidência do Presidente da Câmara Municipal, José Alberto Quintino da Silva, com as presenças dos Vereadores: Maria de Fátima da Cruz Simões Estevão, em substituição, Luís Miguel Henriques Soares, Joaquim Maria Reis Catarino Biancard Cruz e Carla Maria Machado Alves. Também esteve presente Raquel Conceição da Silva Pinheiro Leite, Coordenadora Técnica da Secção Administrativa e de Apoio aos Órgãos Autárquicos, em substituição da Chefe da Divisão Administrativa e Financeira, na qualidade de Secretário. _____
Pelo Sr. Presidente foi declarada aberta a reunião quando eram 21 horas e 10 minutos. _____

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

1. Presente o Resumo Diário da Tesouraria número **133** de terça-feira, dia 16 de julho de 2019, cujo total de disponibilidades é de € **550.988,76**, sendo € **397.933,66** de operações orçamentais e € **153.055,10** de operações não orçamentais. _____

2. Marcação e justificação de faltas dos membros da Câmara Municipal (artigo 39.º, alínea c) da Lei número 75/2013, de 12 de setembro) _____

O Sr. Presidente informou que o Sr. Vereador Pedro Coelho dos Santos, por motivos profissionais, não poderia estar presente na reunião da Câmara Municipal, tendo solicitado a respetiva substituição. Assim, informou que o Sr. Vereador Pedro Coelho dos Santos seria substituído pela Sra. Maria de Fátima Estêvão. _____

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aceitar as razões apresentadas e justificar a falta do Sr. Vereador Pedro Coelho dos Santos, nos termos da alínea c), do artigo 39.º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, aceitando as respetivas substituições, de acordo com o disposto no número 1, do artigo 79.º, da Lei 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de janeiro. _____

3. Outros assuntos (artigo 52.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro) _____

O Sr. Presidente agradeceu à população e à Direção da Sociedade Cultural e Recreativa de Moitelas por terem acolhido a realização da reunião ordinária da Câmara Municipal descentralizada. Referiu que as reuniões descentralizadas têm sido efetuadas nas Associações que têm mais atividade, tendo aproveitado a ocasião para, mais uma vez, agradecer a todas as Coletividades pelo trabalho desenvolvido em prol do Concelho. Explicou que o órgão executivo

é constituído por cinco elementos que representam as forças políticas eleitas por sufrágio universal, sendo este órgão aquele que decide e aprova os assuntos mais importantes. _____
Cumprimentou o Sr. Presidente da Assembleia, o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Sapataria agradecendo também aos trabalhadores da Autarquia aqui presentes. _____

I

PLANEAMENTO URBANO E LICENCIAMENTO DE OBRAS

1. OBRAS PARTICULARES _____

1.1 - Emissão de parecer ao abrigo do artigo 54.º da Lei 91/95, de 02 de setembro, na redação dada pela Lei 64/2003, de 23 de agosto – Requerente Adelaide Beirante, Francisco Manuel Beirante Pessanha e Carmen da Assunção Beirante Pessanha Santos (prédio inscrito sob o artigo 84, Secção G, freguesia de Sobral de Monte Agraço) _____

O Sr. Presidente apresentou a proposta que a seguir se transcreve: _____

“Proposta _____

Emissão de parecer ao abrigo do artigo 54.º da Lei 91/95, de 02 de setembro, na redação dada pela Lei 64/2003, de 23 de agosto – Requerente Adelaide Beirante, Francisco Manuel Beirante Pessanha e Carmen da Assunção Beirante Pessanha Santos (prédio inscrito sob o artigo 84, Secção G, freguesia de Sobral de Monte Agraço) _____

Considerando que: _____

- a) *Em 04 de abril de 2019, deu entrada nos serviços do Município, um requerimento em nome de **Adelaide Beirante, Francisco Manuel Beirante Pessanha e Carmen da Assunção Beirante Pessanha Santos**, solicitando a emissão de um parecer ao abrigo do artigo 54.º da Lei 91/95, de 02 de setembro, na redação dada pela Lei 64/2003, de 23 de agosto, para efeitos de aquisição do prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Sobral de Monte Agraço sob o número 107 e inscrito na matriz predial rústica, sob o artigo 84, Secção G, da freguesia de Sobral de Monte Agraço;* _____
- b) *Dispõe o artigo 54.º do diploma referido, nos números 1 e 2 que “ A celebração de quaisquer actos ou negócios jurídicos entre vivos de que resulte ou possa vir a resultar a constituição de compropriedade ou a ampliação do número de partes de prédios rústicos carece de parecer favorável da Câmara Municipal do local da situação dos prédios” e “O parecer previsto no n.º anterior só pode ser desfavorável com fundamento em que o acto ou negócio visa ou dele resulta parcelamento físico em violação ao regime legal dos loteamentos urbanos, nomeadamente pela exiguidade da quota ideal a transmitir para qualquer rendibilidade económica não urbana”;* _____
- c) *Na sequência do procedimento melhor descrito na alínea a) da presente proposta, foi elaborada a informação da DOUA, subscrita pela Chefe de Divisão, Eng.ª Carla Duarte, em 10 de julho de 2019, anexa à presente proposta dela fazendo parte para os devidos e legais*

efeitos, tendo o Vice-Presidente da Câmara despachado em 11 de julho de 2019, nos seguintes termos: “À próxima reunião de Câmara”.

Propõe-se que:

1 - A Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço delibere ao abrigo do disposto no artigo 54.º da Lei 91/95, de 02 de setembro, na redação dada pela Lei 64/2003, de 23 de agosto que não se opõe à constituição de compropriedade ou à ampliação do número de compartes relativamente ao prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Sobral de Monte Agraço sob o número 107 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo 84, Secção G, da freguesia de Sobral de Monte Agraço.

2 – A Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço delibere ainda que a emissão de parecer favorável não significa concordância com a edificação, loteamento ou urbanização, devendo sempre ser respeitado o regime do PDM, da REN ou RAN.

3 - A Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço delibere, também, que deverá constar da certidão a emitir reprodução da informação dos serviços técnicos do Município, datada de 09/06/2019, nos termos da qual se refere:

“O prédio rústico n.º 84, secção G, da freguesia de Sobral de Monte Agraço está inserido em espaço agrícola, área agro-pastoril, de acordo com o Artigo 27.º do regulamento do P.D.M.”.
Sobral de Monte Agraço, 12 de julho de 2019

O Vice-Presidente da Câmara Municipal, assinado, Luís Miguel Henriques Soares, Dr.”

Deliberação: A Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço deliberou, por unanimidade, ao abrigo do disposto no artigo 54.º da Lei 91/95, de 02 de setembro, na redação dada pela Lei 64/2003, de 23 de agosto que não se opõe à constituição de compropriedade ou à ampliação do número de compartes relativamente ao prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Sobral de Monte Agraço sob o número 107 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo 84, Secção G, da freguesia de Sobral de Monte Agraço.

Deliberou, ainda, que a emissão de parecer favorável não significa concordância com a edificação, loteamento ou urbanização, devendo sempre ser respeitado o regime do PDM, da REN ou RAN.

Deliberou, também, que deverá constar da certidão a emitir reprodução da informação dos serviços técnicos do Município, datada de 09/06/2019, nos termos da qual se refere:

“O prédio rústico n.º 84, secção G, da freguesia de Sobral de Monte Agraço está inserido em espaço agrícola, área agro-pastoril, de acordo com o Artigo 27.º do regulamento do P.D.M.”.

II

ADMINISTRAÇÃO AUTÁRQUICA

1. GESTÃO ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL

1.1 – Atribuição de subsídio ao Grupo de Danças e Cantares do Concelho de Sobral de Monte Agraço – Seramena _____

O Sr. Presidente apresentou a proposta que a seguir se transcreve: _____

“Proposta _____

Atribuição de subsídio ao Grupo de Danças e Cantares do Concelho de Sobral de Monte Agraço - Seramena _____

Considerando que: _____

- a) O Grupo de Danças e Cantares do Concelho de Sobral de Monte Agraço – Seramena, através de um mail com data de entrada nos serviços municipais de 26 de junho de 2019, vem solicitar à Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço a atribuição de um subsídio para apoio à organização do XXXV Festival Nacional de Folclore; _____
- b) O Grupo de Danças e Cantares do Concelho de Sobral de Monte Agraço – Seramena desempenha um papel relevante em termos sociais, culturais e recreativos, dada a sua proximidade com as populações locais; _____
- c) Compete à Câmara Municipal, no âmbito do apoio a atividades de interesse municipal deliberar sobre formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nomeadamente com vista à prossecução de obras ou eventos de interesse municipal, nos termos do disposto na alínea u), do número 1, do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro; _____
- d) No ofício melhor identificado na alínea a) da presente proposta, o Sr. Presidente despachou, em 28/06/2019: “À próxima reunião de Câmara com a proposta de €2.000,00 de subsídio”. _

Propõe-se que: _____

1 - A Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço delibere atribuir ao Grupo de Danças e Cantares do Concelho de Sobral de Monte Agraço – Seramena o subsídio de €2.000,00, nos termos do disposto na alínea u), do número 1, do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro. _____

2 – A atribuição de subsídios carece, nos termos da lei, de prévia cabimentação e compromisso decorrente da LCPA, cuja informação se junta em anexo. _____

Sobral de Monte Agraço, 12 de julho de 2019 _____

O Presidente da Câmara Municipal, assinado, Luís Miguel Henriques Soares, Dr.” _____

O Sr. Presidente referiu que a proposta apresentada visa a atribuição de um subsídio para apoiar o Grupo de Danças e Cantares do Concelho de Sobral de Monte Agraço – Seramena na promoção e organização do XXXV Festival Nacional de Folclore. Disse que, atualmente, este era o único grupo de folclore ativo no Concelho, no entanto, era expectável que o grupo de Fetais pudesse voltar ao ativo. _____



A Sra. Vereadora, em substituição, Fátima Estêvão manifestou a sua satisfação pela organização de mais uma edição do festival de folclore, referindo que sendo este o único grupo a funcionar, fazia todo o sentido que a Autarquia continuasse a prestar todo o apoio ao Grupo, bem como, ao evento que pretendem levar por diante. _____

O Sr. Vereador Joaquim Biancard Cruz disse que ia votar a favor da proposta apresentada, uma vez que desta forma se auxiliava um grupo que, apesar das adversidades, continuava a subsistir. Salientou, ainda, que na sua opinião, todo o apoio que se possa dar aos Grupos e Associações que preservem a cultura tradicional portuguesa, será sempre pouco. Disse ter ficado agradado com o facto do Rancho Folclórico “As Cerejeiras de Fetais” estar a preparar-se para poder voltar ao ativo. _____

O Sr. Presidente disse que as dificuldades do Rancho Folclórico “As Cerejeiras de Fetais”, estavam especialmente relacionadas com falta de pessoal e não propriamente com problemas financeiros, todavia, o Grupo encontrava-se novamente a ensaiar. _____

Deliberação: A Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço deliberou, por unanimidade, atribuir ao Grupo de Danças e Cantares do Concelho de Sobral de Monte Agraço – Seramena o subsídio de €2.000,00, nos termos do disposto na alínea u), do número 1, do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro. _____

Mais deliberou, que a atribuição de subsídios carece, nos termos da lei, de prévia cabimentação e compromisso decorrente da LCPA, cuja informação se junta em anexo. _____

1.2 – Normas de Acesso à Campanha de Esterilização Solidária – Animais de Companhia

O Sr. Presidente apresentou a proposta que a seguir se transcreve: _____

“Proposta _____

Normas de Acesso à Campanha de Esterilização Solidária – Animais de Companhia _____

Considerando que: _____

a) *A Lei número 27/2016, de 23 de agosto, estabeleceu, no número 3, do artigo 2.º, como tarefa dos organismos da administração central do Estado, em colaboração com as autarquias locais, o movimento associativo e as organizações não-governamentais, a promoção de campanhas de esterilização de animais errantes, como forma privilegiada de controlo da sua população, com o objetivo de, a prazo, assegurar a eliminação do recurso à eutanásia para o efeito;* _____

b) *Os Serviços do Município elaboraram as Normas de Acesso à Campanha de Esterilização Solidária – Animais de Companhia, nos termos da legislação em vigor, documento que se anexa à presente proposta dela fazendo parte integrante para os devidos e legais efeitos.* _____

Propõe-se que: _____

A Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço delibere aprovar o conjunto de normas de Acesso à Campanha de Esterilização Solidária – Animais de Companhia, constantes do

documento em anexo o qual faz parte integrante da presente proposta para os devidos e legais efeitos. _____

Sobral de Monte Agraço, 12 de julho de 2019 _____

O Vice-Presidente da Câmara Municipal, assinado, Luís Miguel Henriques Soares, Dr." _____

O Sr. Vice – Presidente começou por cumprimentar os presentes e agradecer à Sociedade Cultural e Recreativa de Moitelas por ter acolhido a reunião ordinária do Órgão Executivo do Município, dizendo que, na sua opinião, estas iniciativas permitiam que a população se aproximasse e conhecesse melhor o trabalho desenvolvido por este órgão autárquico. _____

Relativamente à Campanha de Esterilização Solidária, disse existir um financiamento para a realização da referida campanha, tendo a Autarquia apresentado competente candidatura. Decorrente da proibição de abate de animais e verificando-se a sobrelotação do canil, entendeu-se que esta campanha, que irá decorrer até ao dia 25 de outubro, seria uma oportunidade. Por um lado, colmataria alguns constrangimentos (a sobrelotação do canil) e, por outro lado, poderia ver-se como uma forma de auxiliar algumas famílias mais carenciadas que gostando de ter animais de companhia não podem suportar as despesas de esterilização e vacinação dos mesmos. Referiu que a campanha irá permitir a esterilização de até 3 animais por agregado familiar. Os candidatos terão de entregar alguns documentos como prova, ou sendo já famílias referenciadas e beneficiando de outros apoios (por exemplo POAPMC) ficam dispensados deste procedimento. Referiu que a campanha realizada no ano anterior teve já alguma adesão, embora tenha ficado um pouco aquém da verba que havia sido disponibilizada para o efeito. _____

A Sra. Vereadora, em substituição, Fátima Estêvão solicitou os números concretos relativos à campanha realizada anteriormente. _____

O Sr. Vice – Presidente disse que não tinha presente o número exato, porém, adiantou que não tinha chegado às 20 inscrições. _____

A Sra. Vereadora, em substituição, Fátima Estêvão atendendo a que no ano anterior a verba não tinha sido utilizada na sua totalidade, sugeriu que talvez fosse oportuno efetuar uma maior divulgação da campanha para que toda a população tivesse conhecimento da mesma. _____

O Sr. Vice – Presidente referiu que a verba não foi usada na totalidade devido à pouca adesão das Autarquias ao projeto. Neste sentido, referiu que a medida em causa decorre de uma parceria com a DGAV e que num raio de 20/30 Km não tinha conhecimento de outra Autarquia que tivesse aderido à campanha, razão pela qual, e comparativamente ao elevado financiamento, a respetiva execução desta medida ficou muito aquém do que se pretendia. Ainda sobre esta matéria, referiu que o Município de Sobral de Monte Agraço foi a única Autarquia que estendeu esta medida à participação da população do Concelho, razão pela qual, foi dos poucos participantes que contribuiu de forma positiva para este projeto. Mais

referiu que uma operacionalização mais eficaz por parte da DGAV também permitiria ao Município disponibilizar esta medida com outra logística. Por fim, reiterou que esta medida não terá qualquer custo para as famílias que se enquadrem nas normas estabelecidas na campanha. _____

O Sr. Presidente referiu que, à semelhança da campanha anterior, será feita a devida divulgação, contudo, a população ainda não estava totalmente desperta para esta questão. ____

A Sra. Vereadora, em substituição, Fátima Estêvão perguntou se havia noção de qual seria o montante total do financiamento. _____

O Sr. Vice – Presidente disse que será atribuído a cada Município uma verba de €15.000,00, perspetivando-se um montante global de €400.000,00. _____

O Sr. Presidente, no seguimento da intervenção do Sr. Vice – Presidente, disse que na eventualidade de se verificar pouca adesão por parte dos vários Municípios poderia haver uma reafecção das verbas existentes. _____

O Sr. Vereador Joaquim Biancard Cruz disse que, havendo disponibilidade, era de aproveitar esta medida, referindo que uma maior divulgação permitirá, certamente, uma maior adesão e bem assim uma melhor execução deste projeto. _____

O Sr. Presidente referiu que a campanha anterior decorreu bem, sendo que todas as pessoas que aderiram usufruíram da medida. _____

Deliberação: A Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço deliberou, por unanimidade, aprovar o conjunto de normas de Acesso à Campanha de Esterilização Solidária – Animais de Companhia, constantes do documento em anexo o qual faz parte integrante da presente deliberação para os devidos e legais efeitos. _____

2. OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE DO MUNICÍPIO _____

2.1 – Outros assuntos de interesse do Município _____

O Sr. Presidente informou que teve início a empreitada situada na zona envolvente aos pavilhões Gimnodesportivo e Multisserviços em Sobral de Monte Agraço e que a mesma estava orçamentada em €650.000,00. Na sequência do início destes trabalhos e como já havia referido aquando da reunião realizada com as Associações e os comerciantes a propósito das Festas e Feira de Verão, disse que toda aquela zona estará interdita pelo que, à partida, não haverá a habitual concessão de espaços para os carrosséis. Disse que a obra tem como previsão de construção cerca de 9 meses, pelo que, quanto mais os trabalhos decorrerem no período de Verão melhor será, tendo em conta que se trata de uma obra financiada e que existem prazos para cumprir. _____

Referindo-se à empreitada prevista para o antigo espaço da GNR - Edifício de Serviços Municipais Diversos -, disse ser uma obra financiada que ronda os €700.000,00. Informou que

foi aberto um procedimento de concurso público, no entanto o mesmo ficou deserto, sendo agora necessário equacionar quais os trâmites a adotar. _____

A propósito das Festas e Feira de Verão, que terão início no dia 6 de setembro, referiu que o cartaz está quase concluído e grande parte dos contratos já estão assinados. Disse que à semelhança dos anos anteriores, o evento contará com a colaboração das Associações do Concelho. _____

Continuando a sua intervenção, disse que devido ao tempo propício ao crescimento de ervas e aos poucos recursos disponíveis em termos de pessoal, a Autarquia tem estado com grandes dificuldades na limpeza das aldeias, pelo que, em colaboração com as Juntas de Freguesia, tem sido feito o possível para se ultrapassar a situação estando a ser dada prioridade às localidades que têm festejos agendados. _____

O Sr. Vice – Presidente disse que gostava de fazer uma referência ao Troféu Joaquim Agostinho que teve início no dia 11 de julho e que no dia 12 do corrente teve um dos pontos altos no Concelho, tendo sido percorridas várias estradas do Concelho com passagem, pela primeira vez, na freguesia de Sapataria, terminando esta etapa na Vila de Sobral de Monte Agraço. Referiu que foi um dia bastante participado, salientando que o ciclismo é um desporto do agrado da população. A este propósito, deu conta que, mais uma vez, a Junta de Freguesia de Sobral de Monte Agraço irá organizar uma prova de ciclismo durante as Festas e Feira de Verão. Ainda sobre o Troféu Joaquim Agostinho reiterou que foi um dia cheio em termos desportivos e que a UDO – União Desportiva do Oeste, entidade que organiza esta prova nacional com mais anos como prémio internacional de ciclismo, ficou bastante satisfeita com o acolhimento da população. Salientou a participação do atleta António Barbio, residente no Concelho, que ficou posicionado no 10.º lugar na etapa de montanha e em 10.º lugar na volta. Ainda neste âmbito, propôs um voto de felicitações, de apoio e incentivo ao atleta António Barbio. _____

Deliberação: A Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço deliberou, por unanimidade, a aprovação de um voto de felicitações, de apoio e incentivo ao atleta António Barbio. _____

A Sra. Vereadora Carla Alves começou a sua intervenção por agradecer à Sociedade Cultural e Recreativa de Moitelas a disponibilidade para acolher a presente reunião da Câmara Municipal. Informou que nos dias 22, 23 e 24 de julho, realizar-se-ão os Passeios Séniores, desta feita à Nazaré, estando inscritos 110 séniores. Informou que apesar do prazo de inscrição já ter terminado ainda existiam vagas pelo que os serviços continuavam a aceitar inscrições. Referiu que no presente ano, de modo a divulgar o programa da melhor forma e a facilitar as inscrições, uma equipa dos serviços camarários deslocou-se a vários pontos do Concelho, sendo que, para além da inscrição, foi também oportuno e possível recolher outros dados, nomeadamente, informações médicas e alguns contactos. _____

A Sra. Vereadora, em substituição, Fátima Estevão começou a sua intervenção por cumprimentar os presentes demonstrando ainda a sua satisfação pelo número de pessoas presentes, em especial de mulheres, apesar de estarem no “rescaldo” das festas locais que decorreram recentemente. Neste sentido, agradeceu à Sociedade Cultural e Recreativa de Moitelas pelo trabalho realizado e pela dinâmica que proporcionam à localidade. Cumprimentou os autarcas presentes no público, nomeadamente, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal e o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Sapataria. _____

Continuando a sua intervenção, solicitou informações sobre alguns assuntos. Assim, começou por se referir às atividades extracurriculares uma vez que teve conhecimento que o procedimento no próximo ano letivo iria sofrer alterações, designadamente no que diz respeito à AEC de Natação que não estava prevista, pelo que solicitou alguns esclarecimentos. Solicitou também alguns pontos de situação sobre a implementação do Cartão - Farmácia e do Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD). Referindo-se ao piquete da Autarquia, perguntou se continuava a existir algum constrangimento em contactar este serviço, pois tinha surgido um problema num esgoto na localidade de Fetais e não tinha sido possível estabelecer ligação com o mesmo. _____

O Sr. Vereador Joaquim Biancard Cruz começou a sua intervenção por cumprimentar os presentes e agradecer aos órgãos sociais da Sociedade Cultural e Recreativa de Moitelas por receber a reunião de Câmara descentralizada. Felicitou, ainda, a referida Associação pelos festejos que decorreram recentemente. Referiu que já se realizaram outras reuniões descentralizadas, mas não tão participadas, salientando que nesta ocasião estava presente uma bela moldura humana. Disse que a população de Moitelas tem uma cultura muito aberta e muito democrática na forma como tomam decisões e exemplo disso mesmo, e que não podia deixar de salientar, é o projeto levado a cabo relativamente ao espaço da antiga escola. Chamou a atenção para a presença do Sr. Presidente da Assembleia Municipal e do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Sapataria, o qual à semelhança do Sr. Presidente de Junta de Freguesia de Sobral faziam questão de marcar presença, contrariamente ao autarca da Junta de Freguesia de Santo Quintino que ainda não o viu em nenhuma destas reuniões descentralizadas. _____

Continuando a sua intervenção, solicitou um ponto de situação sobre a empreitada de Beneficiação, Conservação e Restauro da Igreja de Santo Quintino e sobre o prazo para a sua conclusão. Solicitou, também, informação sobre os Passes Sociais na zona Oeste, pois pareciam existir alguns constrangimentos. Relativamente à Loja do Cidadão e à semelhança do que já referiu em outras reuniões do executivo, disse que a Autarquia estava há 6 anos à espera de um espaço para constituição desta Loja, nomeadamente, as antigas instalações da Caixa Geral de Depósitos. Referiu que de facto o espaço em causa era a melhor solução,

todavia, o Concelho continuava à espera, pelo que talvez fosse melhor equacionar um outro espaço. Por último e tendo verificado a existência de um pagamento à empresa Lado Renovado, Lda., empresa que tem a seu cargo a obra do Pavilhão Multisserviços, solicitou esclarecimentos sobre a empreitada em questão. _____

A Sra. Vereadora, em substituição, Fátima Estêvão, decorrente da deslocalização dos ecopontos em Casais de S. Martinho, alertou para o facto dos equipamentos não se encontrarem devidamente fixados, necessitando, por isso, de uma intervenção. _____

O Sr. Presidente agradeceu as questões colocadas pelos Srs. Vereadores. No que concerne ao Cartão - Farmácia e às AEC's referiu que as matérias seriam esclarecidas pela Sra. Vereadora Carla Alves. Porém, no que diz respeito às AEC's lembrou que o Inglês surgiu por ocasião do Governo de Sócrates, com um *outdoor* onde constava "*Inglês para Todos*", todavia, no ano seguinte a gestão desta matéria foi passada para as Autarquias. Referiu que os Agrupamentos de Escolas são as entidades que estão mais vocacionadas para a implementação das AEC's (Inglês, Expressão Corporal e Expressão Musical), contudo, atendendo ao facto do Agrupamento de Escolas não estar vocacionado para a Natação, e não obstante alguns constrangimentos na implementação desta AEC, o Município, teimosamente, tem sido o promotor das Atividades Extracurriculares. No entanto, no passado ano letivo, e decorrente de uma reunião com o Agrupamento de Escolas, foi decidido que seria esta entidade a promover as AEC's no próximo ano letivo. Neste sentido, foi disponibilizada a colaboração da Autarquia para a promoção da AEC de Natação (professores, auxiliares e transporte), contudo, sendo o Agrupamento de Escolas o promotor, será esta entidade a decidir quais as atividades a desenvolver. Ainda neste sentido, referiu que a Autarquia não pretende que esta atividade benéfica para a população mais jovem termine, pelo que a continuidade da atividade será devidamente equacionada. _____

No que concerne ao número do piquete, disse que o serviço estava a funcionar sob a responsabilidade dos funcionários afetos ao Serviço de Águas. Quanto à situação mencionada pela Sra. Vereadora, em substituição, Fátima Estêvão, disse que não tinha conhecimento da mesma, todavia, a situação seria verificada junto dos serviços. No que concerne aos procedimentos relativos ao RGPD – Regime Geral de Proteção de Dados, referiu que, no âmbito de uma parceria com a OesteCIM, os trabalhos foram atribuídos a uma empresa - SGS Portugal, SA -, estando o Dr. Fanha, da OesteCIM, como responsável do processo. No que diz respeito ao Município, disse que foi efetuado o levantamento dos documentos/requerimentos existentes de forma a enquadrá-los devidamente com a legislação. Continuando a sua intervenção, e no que respeita aos ecopontos, disse que de facto os equipamentos foram deslocados e que os serviços iriam ajustá-los, agradecendo a informação prestada. Quanto à empreitada de Beneficiação, Conservação e Restauro da Igreja de Santo Quintino, disse que a

obra estava com algum atraso, referindo que a empresa responsável se tinha deparado com dificuldades em alguns trabalhos - esqueleto e conservação de madeiras e azulejos -, sendo necessário algumas validações por parte da DGPC, facto que originou algum atraso. _____
No que diz respeito ao Passes Sociais no Oeste (€40,00 na zona Oeste), disse que esta matéria foi uma vitória, mas só possível mediante a comparticipação das Câmaras Municipais. No entanto, o passe social pode ser utilizado no percurso pretendido aquando da emissão do mesmo, sendo comparticipado pela OesteCIM/Autarquias no diferencial. Referindo-se à Loja do Cidadão, disse que tinha conhecimento que a matéria já havia sido abordada numa reunião anterior, pelo que não se ia alongar mais sobre este assunto. No entanto, ressaltou que o Concelho não estava a ser prejudicado pela falta do espaço, pois os serviços já existiam no Concelho. Referiu que a implementação da Loja do Cidadão tem condicionantes graves, salientando que a Autarquia irá proceder às obras necessárias, desde que o Governo disponibilize o espaço (antigas instalações da CGD), ressaltando que a Câmara não tem disponível um espaço com as características pretendidas (1000 m²). Mais referiu que a Autarquia não irá disponibilizar do orçamento municipal uma verba para proceder à aquisição de um espaço e ainda realizar as intervenções necessárias para implementar um serviço do Estado. _____

A Sra. Vereadora Carla Alves referindo-se ao Cartão - Farmácia, um projeto que visa auxiliar as famílias sinalizadas na aquisição de medicamentos, disse que foram realizadas reuniões com as farmácias do Concelho, todavia, foi constatada alguma relutância quanto à implementação do cartão nos moldes propostos. Referiu que foi também equacionado junto da Associação Dignidade, uma parceria que visa o apoio de agregados familiares. Em suma, disse que a implementação deste projeto ainda estava em análise. _____

A Sra. Vereadora, em substituição, Fátima Estêvão, no seguimento da explicação da Sra. Vereadora Carla Alves, perguntou se o Regulamento Municipal do Cartão Farmácia ficava sem efeito, tendo a Sra. Vereadora Carla Alves referido que estava em análise. _____

Continuando a sua intervenção, a Sra. Vereadora, em substituição, Fátima Estêvão, referindo-se à Loja do Cidadão, disse que foi assumido um compromisso aquando da outorga do Protocolo, o qual não estava a ser cumprido por parte do Município, pois ainda não tinham sido cedidas instalações por parte da Autarquia. Referiu, ainda, que uma Loja do Cidadão tem mais serviços disponíveis do que aqueles que existem na Vila. _____

O Sr. Presidente disse que, aquando da outorga do Protocolo, foi acordado com o Sr. Secretário de Estado a disponibilização do espaço já mencionado. Referiu que o Protocolo foi assinado para que a Autarquia não ficasse à margem do projeto, reiterando que, desde o primeiro momento, ficou acordado a cedência daquelas instalações com o Sr. Secretário de Estado. _____

O Sr. Vereador Joaquim Biancard Cruz, a propósito da Loja do Cidadão, referiu que foi assinado um Protocolo, tendo a Autarquia assumido o compromisso da sua execução. Disse que as instalações onde esteve sedeada a Caixa Geral de Depósitos seria de facto o ideal, mas há 6 anos que a Autarquia estava a aguardar a sua disponibilização. Quanto a outros espaços, sugeriu as instalações da antiga GNR, no Largo Cago Coutinho e Sacadura Cabral, para o efeito. _____

A Sra. Vereadora, em substituição, Fátima Estêvão, relativamente ao RGPD – Regulamento Geral de Proteção de Dados, perguntou quem era a pessoa responsável – Encarregado - pelo cumprimento da referida legislação. _____

O Sr. Presidente, como já referido, disse que a empresa SGS Portugal, SA estava a proceder ao estudo e levantamento dos documentos existentes nas várias Autarquias do Oeste, estando o Dr. Fanha, em representação da OesteCIM, designado como Encarregado. _____

O Sr. Vice – Presidente referiu que o número do piquete apenas estava associado ao Serviço de Águas. No que diz respeito ao saneamento básico (esgotos), referiu que devem ser os municípios a requerer o serviço de limpeza de fossas. _____

Informou que no passado dia 9 de julho, a Associação de Municípios para o Estudo e Gestão da Água promoveu um seminário intitulado “Análise do Custo e da Eficiência de Sistemas de Distribuição de Água”, que contou com as presenças do Secretário de Estado do Ambiente, Dr. Jorge Ataíde e do Dr. António Monteiro, do Instituto Superior Técnico. Disse que foi efetuada a apresentação das conclusões do estudo realizado no âmbito da diferenciação das tarifas cobradas pela EPAL. Do estudo efetuado, salientou a necessidade de regularizar os tarifários referentes à venda de água às Autarquias, aplicadas por uma empresa que nos últimos anos tem vindo a apresentar resultados na ordem dos 50 milhões de euros/ano; de minimizar as perdas de água, sugerindo-se a criação de um período de “carência”, no que diz respeito a aumentos das tarifas, que permitam alguma folga financeira para a reabilitação dos sistemas e, ainda, a criação de mecanismos que permita apoiar os investimentos com a regeneração dos sistemas. Em suma, disse que não se conseguia perceber a forma como estes tarifários vêm a ser construídos e a razão que origina diferenças tão significativas entre as várias Autarquias. Referiu, ainda, que a ERSAR – Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos, entidade que regula estas matérias, não esteve presente no Seminário, parecendo estar acomodada com a situação e não efetuando assim o papel regulador que lhe compete. _____

O Sr. Presidente, na sequência da intervenção do Sr. Vice – Presidente, disse que a EPAL, entidade que fornece água às Autarquias, vende o bem ao preço que entende, e esta por sua vez tem de refletir nas faturas dos municípios, pois de acordo com o alerta da entidade reguladora (ERSAR) as Câmaras não podem ter prejuízo na disponibilização do serviço. Neste sentido, disse que a Autarquia durante muito tempo teve prejuízo, pois não espelhava estes

aumentos ao consumidor, todavia, tem vindo a aumentar os custos na faturação de forma a ultrapassar este constrangimento e cumprir as normas em vigor. _____

O Sr. Vereador Joaquim Biancard Cruz, relativamente às questões da água, disse que a Autarquia teve a possibilidade de reestruturar a dívida existente, sendo que, tanto no combustível como na água, esta tem sido a forma de financiamento do Estado Central. A este propósito e quanto ao último acordo equacionado – Acordo de Regularização de Dívida no âmbito do setor da água – e quanto aos constrangimentos verificados em termos de prazos de pagamento, solicitou um ponto de situação. _____

O Sr. Presidente, respondendo ao Sr. Vereador Joaquim Biancard Cruz, disse que esteve presente numa reunião com a Águas Vale do Tejo onde foram colocadas duas hipóteses em termos de prazo de pagamentos: 5 ou 25 anos. Neste sentido, referiu que a Autarquia optou por efetuar o pagamento em 5 anos, pois entendeu-se este prazo como sendo o mais racional e económico. No entanto, e apesar da Autarquia ter sido alertada de que os acordos com outras entidades estavam a ser visados por 25 anos, a Câmara insistiu no prazo já referido (deliberação de 3 de julho de 2019). Nesta sequência, deu conta de que o acordo acabou por ser aceite, estando apenas em causa o perdão de 30% em juros aplicado nos acordos de 25 anos e não nos de 5 anos, porém, continuava a ser mais vantajoso desta forma. _____

A Sra. Vereadora Carla Alves, a propósito das AEC's, disse que a Autarquia tem sido promotora destas atividades desde o ano letivo de 2005/2006 e, como já referido pelo Sr. Presidente, nunca se tinha verificado tanta dificuldade como no presente ano em contratar professores. Na realidade disse que se trata de uma competência do Agrupamento de Escolas e apesar da Autarquia pretender a continuidade da AEC de Natação, a referida entidade seria a promotora das atividades no próximo ano letivo. _____

A Sra. Vereadora, em substituição, Fátima Estêvão perguntou que atividades estavam estipuladas para o próximo ano letivo. _____

A Sra. Vereadora Carla Alves referiu que as atividades de expressão musical, expressão física/motora e TIC – Tecnologias da Informação e da Comunicação estavam para aprovação do Conselho Pedagógico, estando a AEC de Natação a ser equacionada. _____

3. PAGAMENTOS

O Senhor Presidente informou a Câmara que, nos termos da competência que lhe é conferida pela alínea h), do número 1, do artigo 35º, da Lei número 75/2013, de 12 de setembro, tinha autorizado o pagamento das despesas respeitantes às ordens de pagamento números **1519 a 1547**, num valor total de **121.201,25**. _____

III

ABERTURA AO PÚBLICO

Seguidamente a reunião foi aberta ao público. _____

O Sr. João Miguel, Presidente da Direção da Sociedade Cultural e Recreativa de Moitelas, em nome da Associação e da população de Moitelas, disse que era uma honra receber uma reunião da Câmara Municipal. Aproveitou, ainda, a oportunidade para agradecer a colaboração da Câmara Municipal, da Junta de Freguesia e de outras entidades públicas, bem como, da população na organização dos festejos locais. Referindo-se às licenças necessárias para a realização das festas, agradeceu a excelente ajuda da Autarquia, porém, com as restantes entidades, era complicado trabalhar, uma vez que a burocracia era muita. _____

O Sr. Presidente agradeceu, mais uma vez, a disponibilidade, o empenho, a dedicação e a colaboração das Coletividades, referindo que estas são essenciais para o Concelho e para as suas populações. Referiu que no âmbito do que são as possibilidades da Autarquia, tem-se procurado sempre auxiliar as várias Associações, surgindo, neste contexto, a isenção do pagamento das taxas de licenciamento das festas. Porém, no que diz respeito a outras entidades, tais como, SPA, Pass Music e IGAC, o Município nada pode fazer, a não ser, de facto, reclamar junto destas entidades. Referiu, ainda, que também a Autarquia tem de pagar quando pretende realizar as várias iniciativas desportivas, culturais ou recreativas que leva a efeito. _____

Estava presente o Sr. Agostinho que alertou para a necessidade de realização de uma obra para suporte de terras na Rua da Azenha, em Moitelas. _____

O Sr. Presidente disse que a situação estava equacionada, tendo os serviços ficado de notificar o proprietário do terreno para, posteriormente, ser efetuado um projeto que permita o suporte do muro. _____

A Sra. D. Marta, referindo-se ao espaço envolvente à Capela, solicitou que pudesse haver algum auxílio da Autarquia no sentido de ser endireitado o chão, tendo o Sr. Presidente referido que seriam equacionados os trabalhos que ali podiam ser efetuados. _____

O Sr. Agostinho alertou também para a necessidade de uma intervenção no parque infantil, tendo o Sr. Presidente referido que a Junta de Freguesia tinha presente a situação estando a ser equacionada uma intervenção para breve. _____

O Sr. Presidente da Junta de Freguesia informou que estava em andamento um projeto de melhoramento dos Parques Infantis da Freguesia, aguardando-se, no entanto, um orçamento para arranjo dos equipamentos existentes. _____

O Sr. Nuno Santos felicitou a Junta de Freguesia pela pintura dos fontanários, porém, referiu que seria oportuno a colocação de torneiras, tendo o Sr. Presidente da Junta de Freguesia dito que para o efeito seria preciso aferir da efetiva necessidade da colocação das torneiras e em que locais as mesmas seriam mais necessárias, pois havia o perigo de poder proporcionar-se o desperdício de água. _____

A Sra. D. Fernanda Cardoso solicitou a limpeza do caminho municipal (Rua da Ladeira) que

liga a localidade a Valdevez, tendo o Sr. Presidente referido que se tratava de um competência da Junta de Freguesia. _____

O Sr. Presidente da Junta de Freguesia referiu que, para além dos poucos recursos disponíveis, o caminho tinha alguns troços mais estreitos dificultando os trabalhos. Neste sentido, o Sr. Presidente da Câmara referiu que seriam verificadas as condições a fim de ser feita uma limpeza do referido caminho. _____

A Sra. D. Ana Simões e a Sra. D. Odete alertaram para a necessidade de colocação de mais um ecoponto na Rua 1.º Maio, tendo o Sr. Presidente informado que estes equipamentos são colocados pela Valorsul e que aqueles que apresentam pouco uso acabam por ser retirados. _

A Sra. D. Marta, disse que estava a ser equacionado um projeto de remodelação da cozinha da sede da Associação, pelo que perguntou quando seria possível a deslocação do arquiteto da Autarquia ao local. _____

O Sr. Presidente referiu que assim que fosse possível o técnico da Autarquia visitaria o local. Agradeceu mais uma vez a todas as Associações do Concelho e em especial à Sociedade Cultural e Recreativa de Moitelas pela colaboração prestada, convidando os presentes a participarem nas reuniões da Câmara Municipal, no edifício dos Paços do Concelho. _____

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal cumprimentou todos os presentes, dizendo que enquanto eleito, era com satisfação que assistia a uma reunião de Câmara Municipal descentralizada. Acrescentou que o contributo de cada um dos presentes era, certamente, uma mais-valia para o trabalho da Autarquia. Referiu que há 20 anos que é eleito e que o primeiro aniversário de uma Coletividade em que esteve presente nessa condição, foi o da Sociedade Cultural e Recreativa de Moitelas. Felicitou a Autarquia pela iniciativa – reuniões descentralizadas -, referindo que, certamente, destas reuniões advinha mais trabalho para os membros eleitos, pois era necessário dar resposta às questões colocadas. Concluiu dizendo que estas iniciativas permitiam chegar junto das populações mostrando como se trabalha e o que é a política autárquica. Saudou a direção da Sociedade Cultural e Recreativa de Moitelas e a população de Moitelas pelo trabalho efetuado naquela sede e naquela terra, bem como, pela resposta à proposta da Autarquia estando presente nesta reunião. _____

A Sra. D. Marta agradeceu a todos os que contribuíram para a realização dos festejos locais, em especial à Sra. D. Emília que assegurou a confeção das refeições. _____

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a presente ata sob a forma de minuta nos precisos termos do disposto no número 1, do artigo 57.º, da Lei número 75/2013, de 12 de setembro, com vista à sua excecutoriedade imediata. _____

E nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu como encerrada a reunião quando eram 23 horas e 40 minutos, para constar se lavrou a presente ata que eu Raquel Conceição da Silva



Pinheiro Leite redigi e vou assinar junto do Sr. Presidente. _____

O Presidente da Câmara: _____

O Secretário: _____